

## **Marcos Terena**

Comitê Intertribal – ITC

Mesa: Nova regulação jurídica das relações entre Sociedades Indígenas, Estado e Sociedade Nacional Boa tarde a todos vocês. Eu queria agradecer ao João Pacheco, parabenizá-lo pela iniciativa e pela inspiração de promover este encontro, um encontro muito raro, principalmente para nós, os chamados dirigentes indígenas. Estou feliz de ver o Daniel Kabixi aqui na mesa, o Marcos Potiguara, que é prefeito, o pessoal da FOIRN, o Aílton Krenak, o Megaron, a Chiquinha Paresi e também o Zacarias Xavante. O Zacarias Xavante foi um dos primeiros Xavante que eu conheci na minha vida. Também o pessoal do sul do Pará, o Tabo [conferir], Ereô [conferir] e o próprio Vaivai [conferir], pessoas que estiveram juntos comigo na BR-080 quando fomos conquistar os chamados Txucarramãe, em 1984. Eu era o piloto que fazia a ponte área Xingu-Brasília naquela época. O resultado deste encontro vai ser importante para a formulação de uma nova linha de pensamento. Eu prestei muita atenção nas ponderações do Daniel Kabixi e posso dizer que as suas palavras, por mais duras que sejam, não significam que queiramos nos tratar como inimigos, pelo contrário, somos aliados dentro de um projeto, que é o de lutar pela sobrevivência e pelos direitos dos povos indígenas. Para mim, estar aqui no meio de especialistas em direito, também é um desafio, porque eu não sou advogado. Eu trabalho na FUNAI como coordenador dos direitos indígenas mas na verdade a minha profissão, a minha atividade principal é piloto de avião. Para mim, pilotar um avião é mais fácil do que interpretar, traduzir e defender uma tese jurídica. Eu admiro muito o papel do advogado, porque ele corre de uma ponta a outra para defender o interesse de seu cliente. Ainda bem que nós temos a 6ª Câmara, o Ministério Público, não só para ter estes argumentos técnicos e institucionais. Eu me lembrando que nos anos 70, 80, junto com o Paiakã, com Aílton Krenak, nós tivemos a iniciativa, inédita naquela época, de criar o Núcleo de Direitos Indígenas. Eu, particularmente, lamentei a extinção deste organismo de defesa dos direitos indígenas, que era único naquela época, para dar lugar ao ISA. Nquele tempo trabalhávamos com o Sergio Leitão, o Carlos Marés, o Márcio Santilli e a Ana Valéria, era uma equipe pequena mas muito arrojada na defesa do direitos indígenas. Eu queria também aproveitar este momento para dizer a todos vocês que percebi uma linha de pensamento aqui que é muito crítica em relação à FUNAI, às ONGs, à própria Fundação Nacional de Saúde, por conta deste tema que está na boca de todos, atualmente, a questão da saúde indígena. Eu queria dizer que nós, os índios, precisamos ser reconhecidos pelos especialistas em índios, pelas pessoas estudiosas que dedicaram a sua vida à questão indígena. Nós, os índios, estamos pouco a pouco pensando, raciocinando, meditando, e logo, logo apresentaremos uma nova proposta, não só sobre este tema, mas também sobre todos os aspectos ligados a sobrevivência de 220 povos indígenas e 180 línguas. Acho um desafio para nós que trabalhamos e vivemos esta questão no dia a dia. Aqui não há, aparentemente, pessoas que estejam por fora deste assunto indígena. Estou em Brasília acompanhando isto há mais de 20 anos, eu só saí de Mato Grosso para morar em Brasília. Convivo com várias matizes da questão indígena desde a época em que fundamos a União das Nações Indígenas. Nós começamos a fazer isto da maneira mais simples, mais inocente possível, através do time de futebol. A União das Nações Indígenas era uma equipe de futebol formada por 15 estudantes. Naquele tempo, não tinha movimento indígena no Brasil, tinha as assembléias do CIMI, que eram assembléias marginais, não se podia fazer reunião de índio, a polícia federal ia lá, etc. De uma maneira inocente, então, nós fomos

precursores do primeiro movimento indígena no Brasil e acredito inclusive que ele foi o ponto de partida da liberdade do país em relação à ditadura, porque o jornalista não podia falar, mas podia falar traduzir nas linhas de jornais a nossa linha de pensamento. O Juruna foi importante neste processo porque ele falava, xingava todo mundo, xingava as autoridades e o povo vibrava com isto, tanto que ele foi eleito pelo Rio de Janeiro. Infelizmente, hoje ele vive numa cadeira de rodas, abandonado totalmente pelos antigos aliados. O Daniel falou assim: “Aliados até que ponto?” Ele está totalmente abandonado, discriminado e provavelmente a cabeça dele não entrou em parafuso total porque a resistência indígena é muito grande. Você imagina uma pessoa que abria gabinete de Ministros, de autoridades e que de uma hora para outra vai para o fundo do poço, sem saber ler, sem saber escrever e sem ter o status que tinha. Foi eleito numa determinada situação e não conseguiu se reeleger porque o campo político é muito minado. Acho importante fazer esta reflexão em relação ao passado, à história, a como ela foi se produzindo. Este tipo de seminário é muito oportuno, porque há lideranças aqui que não viverem aqueles momentos, que não passaram por aquilo que nós passamos. Então, aparentemente, olhando para trás hoje, a gente pensa assim: “Puxa, vocês não fizeram nada, nós é que vamos fazer daqui para a frente, nós é que vamos criar os grandes projetos”. Isto que estamos percebendo no movimento indígena, também ocorre na relação tribal, quando o velho cacique já é uma pessoa que pode ser descartada e aí o jovem líder, o jovem cacique começa a menosprezar o velho cacique porque não conheceu sua história. A demanda daquele tempo era lutar pela terra, demarcar a terra, cercar estrada, prender funcionário da FUNAI. Estou vendo o Sidnei Possuelo ali sentado. Ele passou não sei quanto dias preso lá no Xingu e nunca deixou de ser aliado da luta indígena, se sacrificando. É por isto que eu acho que há um risco da gente começar a criticar a FUNAI, achando que é uma instituição que tem um perfil de governo, que vai seguir as regras de governo, mas você não pode menosprezar o trabalho de um Sidnei, de um Megaron, o trabalho do próprio Villas-Bôas, que num determinado momento ficou lá no meio do mato, pegando malária, passando fome, abandonado pela família, pela esposa. Muitos indigenistas, como o Oswaldo Cid [conferir] e o Terri Vale de Aquino, quando voltaram para a cidade a família não queria mais saber deles. O menininho nasceu enquanto o sertanista estava no mato e quando ele chegou em casa, o gurizinho perguntou: “Quem é esse homem, mãe?”, “É o seu pai.” “O meu pai?” Ele nunca tinha visto o pai e o pai nunca tinha visto o filho. Acho um risco a gente menosprezar este tipo de trabalho, de ação que foi feita ao longo do tempo. Agora, quando nós estamos aqui, às vésperas dos 500 anos do Brasil, nós, os índios, estamos querendo lançar este desafio, principalmente para os advogados. Precisamos escrever, não só reclamar do passado, mas escrever uma nova etapa no relacionamento entre o índio e o povo brasileiro. Quando a gente organizou a Rio 92, eu tive a experiência de conhecer um grande rei africano e também os índios louros da Europa, os índios asiáticos, que eu nunca havia visto, e eles diziam: “Nós precisamos ganhar a cabeça do homem branco.” Ou a gente mata a cabeça do homem branco ou a gente ganha ele para o nosso lado. Vocês têm a força e nós queremos elaborar uma carta de princípios, um tratado, alguma coisa assim em relação aos 500 anos do Brasil, porque o papel vale muito aqui na cidade. Foi encontrando antigos tratados que os índios americanos puderam cobrar seus direitos. Eu não sei como seria a cara deste documento que a gente pretende de repente protocolar, não só no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal. Temos aqui o Carlos Marés, o Aurélio Veiga Rios, que poderiam pensar isto e nos ajudar depois, na amarração jurídica deste papel. Não poderia ser apenas uma tese, um poema escrito pelos índios, mas algo que tivesse valor legal também, para a gente cobrar todas as traições

que foram feitas em relação aos povos indígenas. Eu lembro que, numa época, o Márcio tinha tido a idéia de pagar uma indenização pelos índios que morreram, como foi feito em relação às pessoas que morreram durante a ditadura. São coisas assim que nós precisamos pensar, saber como amarrar isto, porque senão vamos chegar no dia 22 de abril do ano que vem e fazer um grande foguetório, inaugurar um museu em Porto Seguro e depois no dia 23 de abril todo mundo volta para casa, as autoridades voltam para casa, e nós, os índios, os brasileiros, vamos cair na real de novo. Estou lançando este desafio aqui no Seminário. Espero ter o apoio do Museu Nacional, da ABA e do Ministério Público, para poder formular esta linha de pensamento. Temos percebido que o único referencial que a sociedade brasileira está tendo em relação aos 500 anos do Brasil é o relógio da Globo. Não existe outro referencial. Estamos pensando em tomar estes relógios como holocausto dos povos indígenas, porque não vamos poder construir, não é verdade? Vocês vão poder construir? Vocês não vão poder construir, tem um monte de relógios pelo Brasil a fora. Então nós, os índios, estamos pensando: “Puxa, estes relógios estão desafiando a gente.” Não podemos chegar lá e quebrar o relógio, então vamos usar esta onda, que esta onda pega, a favor dos povos indígenas. Mas precisamos fazer isto junto com vocês, pessoal, construir não só um novo Estatuto do Índio  $\frac{3}{4}$  isto a gente está brigando dentro do Congresso, falando aqui, falando ali, para ele seja concluído nos 500 anos  $\frac{3}{4}$  mas também colocar na cabeça do povo a presença indígena na formação do povo brasileiro, não com ira nem com raiva do passado, mas construindo esta nova relação. Um dos grandes desafios que nós, os índios, estamos verificando, é a relação inter-tribal. Este é um desafio do futuro. A maioria das comunidades indígenas hoje está vivendo como se estivesse no canto da parede, encurralados, sem saber para onde correr. Por que? Porque não há uma perspectiva de qualidade de vida para os povos indígenas. O contato criou dependência, criou enganação, criou pobreza, e nós estamos verificando que a maioria das aldeias indígenas não têm mais assistência da FUNAI, da FNS, do MEC, do Ministério da Agricultura, das prefeituras, dos governos do estado. Estão totalmente abandonadas. Outro dia nós fizemos um plano econômico sobre um gasoduto para os índios do meu povo, os Terena, que tem mais de 100 anos de contato, ajudou na guerra do Paraguai, etc. Quando nós fizemos uma mesa de negociação com a Petrobrás, o IBAMA, a FUNAI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano e o Banco Andino de Fomento, todos eles pensaram que nós queríamos indenização. Os chefes Terena disseram: “Não, nós não queremos indenização.” “O que é que vocês querem?” “Nós queremos projetos! Vamos fazer um projeto porque o projeto vai durar bastante tempo.” Chegou-se então na discussão sobre quem ia trabalhar no gasoduto e disseram: “Vamos chamar mão-de-obra especializada da Bolívia, dos Estados Unidos e vamos treinar alguns trabalhadores aqui no Mato Grosso do Sul também.” Os caciques disseram: “Bom, nós queremos ser treinados também, pois queremos trabalhar no projeto.” O que eu quero dizer com isto é que muitas aldeias indígenas hoje precisam de dinheiro, porque o próprio homem branco criou esta relação. Não dá para a gente esconder esta realidade, por isso é que eu estou falando que nós estamos conversando com aliados e precisamos encarar esta realidade. Muitos destes projetos e programas são de assistência e não de preparação, de capacitação, de formação das pessoas; até mesmo os projetos educativos. O ano passado mais de 30 índios entraram na universidade, no Mato Grosso do Sul. Metade já desistiu, porque tem que pagar a universidade. Quem é que paga? Todo mundo tinha festejado, um índio Kaiowá disse: “Puxa, minha filha entrou na faculdade! Que bom! Vamos fazer uma festa aqui na aldeia, vamos cantar, vamos dançar!” Passaram-se 6 meses e a menina disse: “Eu vou voltar para aldeia, porque eu não tenho emprego, eu

não tenho bolsa de estudos, como é que eu vou fazer a faculdade se eu não tenho condições de me manter?” Então, estas questões precisam ser encaradas, discutidas, debatidas, não só para ter respaldo legal, mas também para mostrar que esta questão chamada cidadania é uma coisa que ainda não atingiu a população indígena. Nós éramos os cidadãos da selva e ali não tinha pobreza, não tinha falta de comida, não tinha falta de perspectiva de vida. Havia o equilíbrio tribal e o equilíbrio ecológico, esta coisa que todo mundo gosta de falar. Havia um desenvolvimento sustentável mas depois chegou o contato e nenhum daqueles valores que tínhamos, significava alguma coisa, na nova relação. Por isto é que eu tenho dito em alguns seminários que nós, os índios, estamos nos especializando pouco a pouco no homem branco, para poder nos defender, para ganhar campo, avançar nas discussões e nos debates. Não podemos fugir da realidade porque o que vai acontecer é a pirataria, da madeira, dos recursos da biodiversidade, a garimpagem, a mineração. Nós, os índios, precisamos aprender a sentar na mesa de negociação e tirar o melhor proveito das demandas que sempre aconteceram em relação às aldeias indígenas e que nos colocaram ou como preguiçosos ou como selvagens ou como indolentes e obstáculos ao desenvolvimento do país e aos interesses do governo. Durante muito tempo, eu mesmo participei destes movimentos: a gente prendia o presidente da FUNAI e o empurrávamos para fora do prédio. Eu ajudei a criar esta linha de raciocínio, mas isto naquele tempo, no tempo da ditadura. A gente pegava os coronéis, os militares e tal. Estou brincando com o Márcio Santilli porque ele viveu esta experiência na FUNAI de Brasília, e amanhã vai chegar o outro Márcio, o Márcio Lacerda, que também viveu esta experiência, inclusive na época em que ele era deputado e ajudou a organizar várias frentes destas para tirar o presidente da FUNAI. Hoje em dia nós, os índios, precisamos mostrar novas armas, que passam pelo ponto de vista legal, pelo ponto de vista do relacionamento e do crescimento desta relação, do fortalecimento desta relação.

Eu queria finalizar dizendo para vocês que também existem muitas leis boas de proteção aos índios. Ultimamente tenho vivido a experiência de ir muito à Genebra e às Nações Unidas, e tenho contribuído de alguma maneira, assim, sozinho, com uma linha de pensamento brasileira. No Ano Internacional do Índio, em 93, depois da Eco 92, nós fizemos aqui a Carta da Terra, a declaração da Kari-Oca, que foi aquela aldeia que construímos aqui, e que é reconhecida pelo Parlamento Europeu e pelas Nações Unidas. Infelizmente estas coisas a gente não consegue traduzir para os ouvidos do brasileiro. Ela está numa instância internacional, pessoal. Te dão a maior força”, o Parlamento fala, faz uma citação e aqui no Brasil a gente não consegue ser ouvido. Uma coisa que eu queria dizer a vocês que todas as correntes do indigenismo deveriam fazer referência ao trabalho do outro. Eu vi o João Pacheco falando ontem de três pessoas,////////// fizeram produto, produziram estudos, teses, sobre o movimento indígena no Brasil. Agora a gente poderia, nesses 500 anos também, resgatar a história do o movimento indígena, está aqui o Álvaro Tukano que foi o primeiro vice-presidente da União das Nações Indígenas, eu era o presidente, o Lino Miranda que eu não sei onde está, lá de Tefé, era o terceiro secretário, mas a União das Nações Indígenas nunca foi uma ONG. Está aí o Aílton Krenak, que deu continuidade a esse trabalho, nunca montamos uma ONG chamada União das Nações Indígenas, era uma frente de luta, uma frente de ação, que deu certo naquele tempo. Porque era lutar por um objetivo comum a todos, e uma vez, conversando com o Aílton, que a gente tentou organizar a União das Nações Indígenas, a gente chegou a conclusão que a gente nunca ia conseguir criar uma CUT para os índios. Porque todos são diferentes, quem

é que vai falar pelo Raoni? Eu? Quem é que vai falar pelo Benjamim? Eu? Então nós tínhamos que respeitar esses códigos indígenas também e fazer com que cada movimento indígena seja realmente uma frente de representação e não só a representação de determinada etnia e determinado interesse. Naquela época da reunião, foi 92, nós fizemos uma declaração da Kari-Oca, que eu vou deixar depois com o João Pacheco e que termina dizendo o seguinte: “Mantemos, continuamos mantendo os nossos direitos como povos, apesar de séculos de privação, assimilação e genocídios. Mantemos nossos direitos inalienáveis sobre nossas terras, territórios, todos os nossos recursos no solo e sub-solo e nossas águas. Afirmamos a nossa contínua responsabilidade de transmitir esses direitos às gerações futuras, não podemos ser expulsos de nossas terras, porque nós os povos indígenas estamos unidos pelo círculo da vida a nossas terras e o nosso meio ambiente. Nós, os povos indígenas caminhamos em direção ao futuro nos rastros dos nossos antepassados”. Eu espero que o seminário, estamos conversando inclusive com as lideranças que aqui se encontram, como eu disse é raro encontrar esse pessoal, é raro encontrar o Aílton, é raro encontrar o Megaron, é raro encontrar um prefeito indígena, nós vamos elaborar um documento aqui nesse encontro para servir inclusive de referência para que os próximos seminários sejam realmente com esse objetivo, de estabelecer uma nova aliança, com todas as contradições que a gente tem, nós, os índios, e vocês também, e fazer com que realmente nesses 500 anos do Brasil a gente amarre uma posição jurídica muito positiva, mas também novos empreendimentos de capacitação, de organização e defesa dos interesses seculares, históricos, são reconhecidos como históricos, mas na prática deixa muito a desejar, que são os direitos a vida e a terra dos povos indígenas. Obrigado.